

Artigo Selecionado

Democracia nas Forças Armadas alemãs

(O respeito aos direitos individuais e as obrigações militares dos soldados)

Ten Cel Inf André Germer

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas Forças Armadas brasileiras não encontramos um termo que corresponda ao conceito *Innere Führung*. Pode-se utilizar a expressão “Orientação Interna” para tentar expressar esse complexo conceito de comando e obediência das Forças Armadas Alemãs. Para *Innere Führung* não há nenhuma definição oficial, entretanto, existe uma descrição no Regulamento do Serviço Comum das Forças Armadas Alemãs (ZDv 10/1). Nele, são descritos os objetivos, os princípios e as escalas de aplicação dessa orientação. A idéia central é reduzir as tensões próprias nascidas do conflito entre o respeito aos direitos individuais do cidadão, de um lado, e as obrigações militares do soldado, de outro lado.

2 ORIGEM

Após o estabelecimento da República Federal da Alemanha (RFA), em 1949, e diante da crescente confrontação Leste-Oeste, surgiu a questão do rearmamento da Alemanha. Mais tarde, com o começo da Guerra da Coréia, no verão de 1950, ocorreu uma reorientação do pensamento dos aliados e da República Federal da Alemanha sobre a contribuição alemã para a defesa da Europa Ocidental.

O governo Adenauer nomeou um grupo de peritos militares alemães, que se debruçou sobre a reconstrução das Forças Armadas da Alemanha Ocidental. A equipe de peritos sumariou os resultados de suas discussões secretas no Monastério Himmerod em outubro 1950, no assim chamado “Memorando de Himmerod”.

Referiu-se não somente a perguntas práticas sobre a estrutura das forças armadas, mas também sobre como legitimar as novas Forças Armadas Alemãs. Tendo em vista as experiências traumáticas de duas guerras mundiais, a população alemã estava, em grande parte, voltada para o pacifismo e contrária à recriação de suas forças militares. Os vizinhos europeus tinham, da mesma forma, medo dos soldados alemães. As novas forças armadas deveriam, se quisessem ser aceitas pela sociedade, ser democráticas e estar sujeitas ao estrito controle parlamentar. Elas não deveriam formar um “estado dentro do estado”, como foram as forças imperiais, e também não deveriam ter nenhum status social especial, como possuíram no passado.

Ao mesmo tempo, a nova concepção da orientação teve que observar o resultado da 2ª Guerra Mundial (II GM), a partir do qual todas as forças armadas na segunda metade do século vinte se reorientaram. A nova tropa teve que ser ajustada ao fato de que uma guerra nuclear era possível, e, nesse caso, deveria estar apta a combater mesmo com a perda do comando central. Uma atenção especial para esse aspecto já era dada desde o século dezenove, nos exércitos Prussiano-Alemães. Nessa época já se utilizava o princípio de “comando pela finalidade” (*Führen mit Auftrag*), freqüentemente também chamado, não muito precisamente, de “tática de finalidade” (*Auftragstaktik*).

Finalmente, o novo conceito deveria aliar a hierarquia militar à competência técnica, uma vez que as novas forças armadas, mais do que as anteriores, deve-

riam ser uma tropa altamente sofisticada.

A partir de 1951, trabalhando em equipe, os Generais-Tenentes Hans Speidel e Adolf Heusinger, o Coronel Johann Adolf Graf von Kiehlmansegg, o Tenente-Coronel Ulrich de Maizière e o Major Wolf Graf von Baudissin desenvolveram o conceito *Innere Führung* no assim chamado *Amt Blan*, referência a Theodor Blank, que se tornou Ministro da Defesa nos anos 1955 e 1956. A reforma foi concebida com a utilização do termo *Innere Gefüge* (Estrutura Interna), o qual possibilitava uma indesejável relação com a nacional-socialista *Wehrmacht*. Por essa razão, a partir de 1953, foi adotado o termo *Innere Führung*.

3 OS CAMPOS DA INNERE FÜHRUNG

O conceito da *Innere Führung* teria que abranger três tarefas descritas com os termos legitimação, integração e identidade.

Após 1945, colocou-se inicialmente a pergunta sobre a legitimidade do soldado: “poderia alguém, após o que tinha acontecido durante a II GM e em vista do que uma guerra nuclear poderia trazer, ainda ser soldado?” O emprego das forças armadas era justificável somente como a “ultima ratio”, para a defesa e para o gerenciamento de crises. Os direitos humanos e a lei internacional estavam presentes em ambos os casos. A tarefa legítima dos soldados deveria ser a de obter e assegurar a paz. Como Gustav Heineemann disse mais tarde, “a necessidade era a paz”.

As forças armadas tiveram que ser integradas nas estruturas democráticas da sociedade, pois tinham que estar sujeitas ao controle parlamentar. O soldado é cidadão com os mesmos direitos, somente limitados nos casos excepcionais. A or-

dem interna e o papel das forças armadas na comunidade devem ser democraticamente compatíveis. Isso requer o “cidadão em uniforme”.

Da compreensão do papel dos soldados, é derivada sua identidade. Os soldados são os cidadãos que servem ao estado como profissão. Eles participam da discussão social e política do país. Isso significa não somente que eles – diferentemente dos soldados da República de Weimar – têm direito de votar e serem votados. Podem pronunciar-se também como especialistas na discussão de tópicos militares e política de segurança. Estes direitos encontram seus limites nas obrigações de lealdade, de mostrar reserva e discrição em casos confidenciais. Os soldados são atores políticos como cidadãos, que devem aceitar a sempre presente área de conflito entre os papéis de empregado do estado e de cidadão.

4 O CENTRO DE ORIENTAÇÃO INTERNA

Em 1956, foi criada a escola para a *Innere Führung* na cidade de Koblenz – denominada, a partir de 1981, *Zentrum Innere Führung* – onde os instrutores são militares e civis. Um papel especial reside atualmente no treinamento dos oficiais superiores que devem participar de missões internacionais. O centro realiza pesquisas e distribui documentos, onde a *Innere Führung* é discutida também de forma crítica.

Desde 1958, existe o Conselho para a Orientação Interna, composto por personalidades civis de diversos segmentos da sociedade que observam e acompanham a prática da *Innere Führung*. O Conselho participa ativamente em tópicos atuais e dá recomendações, como por exemplo, para a integração das mulheres às forças armadas ou sobre o relacionamento com soldados de origens diversas. O encarre-



gado das forças armadas no parlamento alemão é um deputado que, entre outras atribuições, dedica especial atenção à Innere Führung.

5 A ATITUDE DAS FORÇAS ARMADAS PARA A INNERE FÜHRUNG

No início, o conceito da Innere Führung foi recebido com reservas por setores das Forças Armadas Alemãs. Naqueles anos, o pensamento tradicional, oriundo das forças armadas anteriores à Segunda Guerra, dominava. Durante a fase de estruturação houve pouco espaço para discussões conceituais profundas. Somente a partir da década de sessenta passou a existir um debate mais intenso sobre a Orientação Interna. Os debates se intensificaram por ocasião do Caso Nagold, quando ocorreram declarações críticas de alguns oficiais-generais e a entrada em cena de grupos de militares, os quais viam a Innere Führung com reservas. Os mais tradicionalistas criticavam o

fato de que o novo conceito não podia ser definido claramente, que muitas vezes se apresentava distante da realidade e ressaltavam a incompatibilidade da coexistência de valores militares e civis, haja vista que a profissão militar é sui generis. Para esses grupos, as características da profissão exigiam um sistema militar baseado em valores tradicionais. Entretanto, a reforma ocorreu e levou à formação de forças armadas baseadas no pluralismo democrático em seus valores básicos.

Com a nomeação do General Ulrich de Maizière para o cargo de Inspetor Geral das Forças Armadas, em 1966, ficou clara a orientação política favorável à Orientação Interna. Nas duas décadas seguintes a controvérsia sobre a Innere Führung enfraqueceu.

Um dos principais pontos de críticas à Innere Führung está cada vez mais superado. Por longo tempo a Orientação Interna tinha sido criticada pelo fato de seus princípios não terem sido aplicados em casos emergenciais. Esta crítica não pode mais ser sustentada, depois de 100.000

soldados alemães terem sido empregados em missões internacionais fora da área da OTAN. Nas missões de manutenção da paz os princípios da Innere Führung foram aprovados. Entretanto, o teste em uma missão de combate de alta intensidade, por exemplo, no emprego de tropas em missões de imposição da paz, ainda não foi realizado.

6 NOVOS DESAFIOS

As mudanças de situação na segurança europeia, após 1990, trouxeram novas exigências à Orientação Interna. O retrato da Guerra Fria não está mais presente. Conseqüentemente, o conceito deve ser reexaminado. A tentativa de ativar um debate sobre a política de segurança, sobre as novas tarefas das forças armadas alemãs, como no passado, quando foram discutidos tópicos tais como o rearmamento, o armamento atômico e as definições sobre a OTAN, até agora não teve grande sucesso.

As missões internacionais conduzem também às mudanças na compreensão da orientação das forças alemãs. No período da confrontação Leste-Oeste, para a guerra maciça era válido empregar estritamente o princípio da orientação descentralizada aplicada, conectado com a grande liberdade de escolha nos níveis mais baixos. As missões das forças armadas alemãs de hoje, que ocorrem na paz, requerem o controle político exato. Também as ações em um nível mais baixo da liderança podem ter conseqüências políticas substanciais. Em função disso, aplica-se o gerenciamento político na tomada de decisões em todos os níveis da tropa empregada. Às vezes, esta restrição

encontra críticas na tropa, na medida em que o conhecimento e as experiências dos superiores e dos peritos são parcialmente desconsiderados. Ao mesmo tempo, uma parte da responsabilidade da atuação militar é atribuída diretamente aos portadores de função política.

Uma área adicional de conflito resulta de uma cooperação sempre mais próxima com as forças armadas de outras nações, como, por exemplo, dentro da Brigada franco-alemã. As culturas de orientação de outras forças armadas, baseadas nas tradições, podem diferir parcialmente ou substancialmente da Innere Führung. Por um lado, se as Forças Armadas Alemãs tentarem exportar esse conceito, as grandes nações ocidentais, tais como a França, a Grã-Bretanha e os EUA, mostrar-se-ão seguidoras da tradição militar e o rejeitarão. Por outro lado, as forças armadas alemãs não estão prontas para sacrificar a existência do núcleo da Innere Führung.

BIBLIOGRAFIA

Revista: Die Bundeswehr, 5/2007 – também na internet: www.dbwv.de
www.innerefuehrung.bundeswehr.de
http://de.wikipedia.org/wiki/Innere_F%C3%BChrung

O autor é Tenente-Coronel da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro. Graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e mestrado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é aluno do Curso de Comando e Estado-Maior da República Federal da Alemanha. (ager.1983@gmail.com)